



Número: **0800342-51.2018.8.18.0072**

Classe: **PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de São Pedro do Piauí**

Última distribuição : **10/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 23.500,00**

Assuntos: **Seguro, Indenização por Dano Moral**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALENCAR (AUTOR)		MARIA DO SOCORRO MORAES CAVALCANTE (ADVOGADO) YURI ADLLER MORAES CAVALCANTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10456021	17/08/2020 09:21	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ**

**Vara Única da Comarca de São Pedro do Piauí DA COMARCA DE  
SÃO PEDRO DO PIAUÍ**

Avenida Presidente Vargas,, nº 786, Fórum Juiz José de Carvalho Feitosa, Centro, São  
PEDRO DO PIAUÍ - PI - CEP: 64430-000

**PROCESSO Nº: 0800342-51.2018.8.18.0072**

**CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)**

**ASSUNTO(S): [Seguro, Indenização por Dano Moral]**

**AUTOR: ANTONIA MARIA DA CONCEICAO ALENCAR**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DECISÃO**

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. opôs Embargos de Declaração para que seja modificada a Sentença de id. 10197802, alegando, em suma, a omissão quanto à definição do marco inicial para contagem dos juros de mora para fins de atualização do valor devido, bem como a impossibilidade de condenação em honorários advocatícios, vez que se trata de feito processado e julgado sob a égide da Lei dos Juizados Especiais.

Dada a natureza infringente dos embargos, o embargado foi devidamente intimado e apresentou manifestação, sob id. 10466870, ratificando os termos apresentados pela embargante e requerendo a declaração da adoção do rito dos juizados especiais para julgamento da presente demanda.

Vieram-me os autos conclusos.

Decido.

Têm os embargos de declaração, seja em 1ª ou 2ª instância, a finalidade de possibilitar ao Juiz ou ao Tribunal, conforme o caso, emitir provimento integrativo ou retificador. Ao fazê-lo, porém, não pode o órgão julgador reexaminar a causa, pois a decisão, uma vez proferida, torna-se irretratável.

Pleiteia a embargante suprir omissão relativa à definição do marco inicial para contagem e aplicação dos juros de mora, acaso devidos, para os fins de atualização do montante resultado da condenação. Para isso, alega que a sentença de mérito atacada, foi omissa quando deixou de se manifestar acerca do marco inicial de incidência dos juros de mora e correção monetária. Requer, pois, a modificação da referida decisão para reconhecer a aplicabilidade dos juros de mora a partir da citação, nos termos da Súmula nº 426 do STJ, bem como a não incidência de correção monetária.

Ademais, afirma ter sido o presente feito processado e julgado sob o rito dos juizados especiais, o que impossibilita a condenação da parte sucumbente ao pagamento de honorários advocatícios. Requer, pois, o reconhecimento do rito utilizado e consequente alteração no dispositivo.



De fato, assiste razão à embargante, tendo em vista que a decisão atacada deixou de determinar o marco inicial de incidência dos juros de mora e da correção monetária, restando, pois, omissa quanto a esse ponto. Ademais, conforme salientado, a Súmula nº 426 é expressa quando assinala que os juros de mora em ações do seguro DPVAT correm a partir da citação, não deixando margem para interpretações distintas. Quanto à correção monetária, temos a dicção da Súmula nº 580, também do STJ, a qual define como marco inicial para tal contagem, a data do evento danoso.

Em relação ao rito processual adotado no presente feito, em análise detida dos autos, observa-se não haver pedido específico nesse sentido, bem como, vê-se que o procedimento adotado foi o comum cível, sendo, pois plenamente possível a condenação em honorários sucumbenciais. Ocorre que, em sua manifestação final, a parte embargada entende não serem devidas tais verbas, o que leva a crer na existência de renúncia de seus honorários.

Sendo assim, **conheço** dos embargos porque tempestivos, **dando-lhes provimento** e, havendo na decisão atacada a omissão apontada, passa a parte final da Sentença de id. 10197802 a contar com a seguinte redação: “Outrossim, conforme o exposto, determino como marco inicial de contagem para fins de atualização monetária, a data do sinistro, e, para incidência de juros de mora, a partir da citação, restando sanada a omissão nos presentes embargos. Custas de lei pela requerida. Deixo de aplicar condenação em honorários de sucumbência diante da renúncia da parte autora”.

Intimações necessárias.

Cumpra-se com as formalidades legais.

Após o trânsito em julgado, certifique-se e archive-se.

**São PEDRO DO PIAUÍ-PI, 4 de agosto de 2020.**

**Juiz(a) de Direito da Vara Única da Comarca de São Pedro do Piauí**

